

|   |           |
|---|-----------|
| DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES                   |           |
| Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas |           |
| CEIOP   |           |
| N.º Único                                       | 574434    |
| Entrada/Saída n.º                               | 121       |
| Data  | 16/2/2018 |



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

Exmo. Senhor

Presidente

da Comissão Parlamentar de

Economia, Inovação e Obras Públicas,

Deputado Hélder Amaral

São Bento, 16 de fevereiro de 2018

**Assunto:** Audições conjuntas nas Comissões Parlamentares de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP) e de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (CCCJD), dos representantes da *Altice*, NOS, Vodafone, RTP, SIC, TVI, ERC e ANACOM sobre o processo de venda da Media Capital ao Grupo *Altice*

A Autoridade da Concorrência (AdC) decidiu abrir uma investigação aprofundada à compra da Media Capital pela *Altice*. Na nota que justifica a decisão, tornada pública no final da semana passada, a AdC considera que *“à luz dos elementos recolhidos até ao momento, existem fortes indícios de que a aquisição do Grupo Media Capital pela Altice poderá resultar em entraves significativos à concorrência efetiva em diversos mercados, tanto ao nível da produção de conteúdos e da concorrência entre canais de televisão e mercados de publicidade, como, também, ao nível dos mercados de telecomunicações e de oferta de televisão por subscrição”*.

Esta posição, que precede a decisão final da AdC sobre o negócio, surge na sequência dos pareceres desfavoráveis dos reguladores. No parecer que enviou à

AdC, em Setembro de 2017, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) refere que a operação “*é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva nos vários mercados de comunicações eletrónicas, com prejuízo em última instância para o consumidor final*”. Além disso, o regulador considera ainda que existem indícios de que a empresa resultante da concentração terá “capacidade e incentivo” para proceder ao encerramento do acesso das operadoras concorrentes aos seus conteúdos e do acesso de outros canais às suas plataformas. E aponta o risco de, por exemplo, utilização de informação sensível ou confidencial dos concorrentes em seu benefício, assim como a introdução de “*menor transparência nos preços praticados no serviço de TDT internamente (à TVI) e externamente (aos restantes operadores de televisão), dificultando a análise verificação do cumprimento das condições regulamentares impostas neste âmbito*”.

Da mesma forma, os serviços técnicos e jurídicos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) emitiram um parecer desfavorável ao negócio, considerando que este poderia colocar entraves ao pluralismo e diversidade no mercado de *media* em Portugal. Recorde-se que, apesar desta posição, a AdC decidirá sem pronúncia da ERC, uma vez que o ex-Presidente do Conselho Regulador, Carlos Magno, vetou o parecer dos serviços, sem que para tal tenha apresentado qualquer justificação plausível, mesmo quando ouvido na Assembleia da República a pedido do Bloco de Esquerda.

O negócio de venda da Media Capital à *Altice* envolve, por exemplo, a maior produtora de conteúdos televisivos em Portugal, o canal líder de audiências, o operador líder em vários mercados e a responsável pela Televisão Digital Terrestre. A concretização desta operação daria à *Altice* a possibilidade de abuso de posição dominante no mercado, com presença em toda a cadeia, desde os conteúdos até à distribuição. O Bloco de Esquerda considera que este negócio poderá levar a uma posição de concentração abusiva - como demonstram os pareceres da ANACOM e dos serviços da ERC, assim como as preocupações assumidas pela AdC -, podendo colocar em causa pilares fundamentais da democracia como a liberdade de imprensa e a pluralidade de informação.

Justifica-se, portanto, a audição de todas as entidades públicas ou privadas, direta ou indiretamente envolvidas, incluindo, no final, o Sr. Ministro da Cultura.

*Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com a maior brevidade possível, as audições em conjunto nas Comissões Parlamentares de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP) e de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (CCCJD), das seguintes entidades:*

- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações,
- ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social
- Conselho de Administração e da Direção de Informação da RTP
- Conselho de Administração da Imprensa e da Direção de Informação SIC
- Conselho de Administração da Media Capital e da Direção de Informação da TVI
- Conselho de Administração da *Altice*
- Conselho de Administração da NOS
- Conselho de Administração da Vodafone
- Ministro da Cultura

pelo que solicita a V. Ex<sup>a</sup> as diligências necessárias para esse efeito.

Os Deputados do Bloco de Esquerda,

Heitor de Sousa

Jorge Campos